

matrícula ***** do Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis de Bocaiúva-MG (Lei 7433, Art. 2º - parágrafo 1º de 18.12.85; Decreto 93240 - Art. 3º de 09.09.86); o qual possui o CEP nº *****; 2) que, possuindo o imóvel acima descrito, livre e desembaraçado de quaisquer ônus, estão justos e contratados para vendê-lo na proporção de 50% para a outorgada compradora acima qualificada no nº 1 e 25% para cada outorgado comprador acima qualificados nos nºs 2 e 3, pelo preço certo e previamente convencionado de R\$ **,***, ** (*****), pagos e quitados em setembro de 1999, nos termos do contrato particular de cessão de direitos sobre imóveis e do recibo de pagamento, cujas cópias ficam arquivadas nesta Serventia, pelo qual os outorgantes vendedores dão plena, rasa e geral quitação; 3) que desde já transferem os outorgantes vendedores aos outorgados compradores toda a posse, domínio e ação que exerciam sobre o imóvel ora vendido; 4) que não são/foram nos últimos 05 anos pessoas politicamente expostas e que não são/foram familiares em linha reta até segundo grau ou cônjuges, companheiros, enteados ou estreitos colaboradores de pessoa politicamente exposta; 5) que não são empregadores; 6) que o seu estado civil encontra-se inalterado até a presente data; 7) que inexistente ação judicial fundada em direito real e pessoal reipersecutória sobre o imóvel objeto desta escritura, e que não há ônus reais incidentes sob o mesmo; 8) que em **/**/**** os outorgantes vendedores cederam os direitos do imóvel objeto desta escritura para a outorgada compradora, acima qualificada, e para seu esposo, *****, que era brasileiro, gerente de manutenção, inscrito no CPF nº ****.***.***.**, filho de ***** e *****, residente e domiciliado na Rua *****, nº **, apto. ***, Bairro *****, Bocaiúva – MG, por meio de contrato particular de cessão de direitos sobre imóveis, conforme recibo datado de **/**/****, assinado pela outorgante vendedora, com firma reconhecida em **/**/**** no 7º Tabelionato de Notas de Bocaiúva/MG. Em **/**/****, foi lavrada procuração pública pelo 1º Ofício de Notas de Bocaiúva-MG, no livro nº ****-*, às folhas nº ***, acima mencionada, pela qual os outorgantes vendedores, ambos acima qualificados, outorgaram poderes para *****, acima qualificado, representá-los na venda do imóvel objeto desta escritura. Em **/**/**** o outorgante vendedor, *****, veio a falecer, razão pela qual está sendo utilizada a procuração acima citada, *com fulcro nos artigos 674, 686 e 689 do Código Civil Brasileiro*. Em **/**/****, o esposo da Outorgada compradora, *****, faleceu, razão pela qual foi lavrada escritura pública de sobrepartilha nesta Serventia em *****, livro nº *****, folhas nº *** e termo nº *****, na qual foi objeto de partilha os direitos de aquisição sobre o bem acima descrito, recebendo o bem a viúva e os herdeiros, que por isso figuram nesta escritura como compradores; devendo ser ressaltado que **o negócio foi quitado quando ainda eram vivos o vendedor ***** e o comprador *******; 9) que a presente escritura não prejudica interesses de terceiros. Os outorgados compradores declaram: 1) que aceitam a presente escritura em todos os seus expressos termos; 2) que a origem do valor utilizado para o pagamento foi remuneração com o próprio trabalho; 3) que não são/foram nos últimos 05 anos pessoas politicamente expostas e que não são/foram familiares em linha reta até segundo grau ou cônjuges, companheiros, enteados ou estreitos colaboradores de pessoa politicamente exposta; 4) que o seu estado civil encontra-se inalterado até a presente data; 5) que têm ciência de que a presente escritura é lavrada em ato subsequente à escritura pública de sobrepartilha, lavrada nesta Serventia em xxxxxx, no livro nº xxxxx-N, folhas nº xxxxxx, devendo ambas escrituras ser apresentadas para o registro simultaneamente; 6) que têm ciência do exposto acima no que se refere às declarações dos outorgantes vendedores 7) que **o negócio foi quitado quando ainda eram vivos o vendedor ***** e o comprador *******; 8) que a presente escritura não prejudica interesses de terceiros. Eu, Escrevente, atendendo à determinação contida no Provimento CGJ/MG nº 93/2020, orientei as partes sobre a possibilidade de obtenção das certidões dos distribuidores judiciais e certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, nos termos do artigo 642-A da CLT, com redação dada pela lei nº 12.440/2011, conforme artigo 2º da Recomendação nº 3 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, de 15 de março de 2012, para dar maior segurança ao presente negócio jurídico. Certifico que foram apresentados os seguintes documentos necessários à lavratura da presente escritura, neles

(*****). Eu
***** - Escrevente., a escrevi. Dou fé. Eu,
***** - Escrevente., a subscrevo e assino. Sinal público em [\(A\)](http://www.censec.org.br).
*****, (A). *****.